



Estado de Sergipe
Administração Estadual do Meio Ambiente



LICENÇA AMBIENTAL



A Administração Estadual do Meio Ambiente - Adema, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso VIII, da Lei Estadual nº 5.057, de 7 de novembro de 2003, atendendo ao requerimento relativo ao Processo 2025/TEC/LP-0017, outorga a presente

Licença Prévia Nº 16/2025

em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO ALEIXO, CNPJ nº 13.114.533/0001-46, sediado na Praça Oliveira Campos, 347, Centro, Sao Miguel Do Aleixo, SE, CEP 49.535-000, **referente a Reforma da rótula que interliga Nossa Senhora Aparecida/SE e São Miguel do Aleixo/SE, com área de 2.976,51 m²; Endereço: Rodovia Prefeito Everton dos Santos Lima, CEP: 49.535-000, Município: São Miguel do Aleixo/SE; Coordenada Geográfica (UTM DATUM WS-84 24L): Longitude: 669695.00 m E / Latitude: 8851150.00 m S.**

Considerações Gerais

01. Esta Licença Prévia foi emitida às 14:57:57 do dia 30/06/2025, com validade por 01 ano, vencendo-se em 30/06/2026.
02. O código de controle desta licença é **<92cd24594b7bff8200f86111cc4123b4>** e a sua aceitação está condicionada à autenticidade a ser conferida na internet no endereço eletrônico <http://www.adema.se.gov.br>, e à não existência de rasura.
03. Esta licença não exclui nem substitui outras licenças, caso exigidas por força de legislação federal, estadual ou municipal.
04. O não cumprimento das obrigações e das condicionantes aqui estabelecidas implicará na adoção das penalidades previstas em lei.
05. Na hipótese do requerimento de renovação da presente licença não ser deferido até antes do final de sua vigência, ao empreendedor somente será garantido o direito à prorrogação automática da licença, caso o requerimento de renovação venha a ser feito em até 120 (cento e vinte) dias antes do seu término.
06. A Adema, mediante decisão motivada, a requerimento do empreendedor ou por ato de ofício, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente licença, se ocorrer:
 - a) Violação de normas ambientais;
 - b) Inadequação de quaisquer condicionantes;
 - c) Omissão ou falsa descrição de informação relevante que poderia subsidiar ou subsidiou a outorga da presente licença;
 - d) Superveniência de grave risco ao meio ambiente e/ou à saúde pública;
 - e) Superveniência de normas técnicas e legais sobre a matéria;
 - f) Presença de zona aquífera e ecossistemas cavernícolas não detectados na prospecção do terreno.

Obrigações do empreendedor

01. Dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar a partir desta data, o empreendedor deverá providenciar a publicação no Diário Oficial do Estado, o extrato deste instrumento de licença, conforme modelo disponibilizado, devendo encaminhar à Adema um exemplar do jornal contendo a publicação.



Licença: 16/2025

Código: 92cd24594b7bff8200f86111cc4123b4

Condicionantes

1. Esta Licença aprova a localização e a concepção, bem como autoriza a elaboração do projeto do empreendimento;
2. Por ocasião da solicitação de Licença de Instalação a empresa deverá apresentar, além da documentação pertinente, os seguintes documentos:
 - a. Memorial descritivo detalhado do empreendimento;
 - b. Projeto Arquitetônico Executivo (Planta de Localização georreferenciada, Planta de Situação (com quadro de áreas), Planta de Implantação, Plantas baixas, Cortes, Detalhes, e demais desenhos/projetos necessários para a adequada compreensão do empreendimento;
 - c. Projeto de Terraplenagem;
 - d. Projeto de drenagem de águas pluviais (aprovado pela Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo/SE);
 - e. Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), informando o nome das empresas, licenciadas pelo órgão ambiental competente, que serão responsáveis pela coleta, transporte e destinação final dos resíduos, em atendimento à Resolução Conama 307/02;
 - f. Projeto do sistema de tratamento de esgotamento sanitário (coleta, tratamento, disposição final e implantação geral), acompanhado do memorial descritivo e de cálculo, além das plantas com detalhes, se couber;
 - g. Teste de Percolação/Absorção e Nível do lençol freático, caso haja Sumidouro;
 - h. Manifestação final do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;
 - i. Autorização de Supressão de Vegetação (ASV), caso couber;
 - j. Pen Drive contendo todos os documentos/projetos apresentados no processo;
 - k. Obs.: Todos os projetos/documentos devem ser elaborados e devidamente assinados por profissionais legalmente habilitados e inscritos nos respectivos Conselhos de Classe, além de estarem acompanhados dos respectivos documentos de responsabilidade técnica (ART, RRT, etc.);
3. O dimensionamento e detalhes construtivos dos sistemas de tratamento dos efluentes (líquidos, gasosos e sólidos) e drenagem das águas pluviais deverão obedecer às normas específicas, bem como os seguintes critérios:
 - a. O sistema de tratamento dos despejos sanitários e disposição final de efluentes deverão ter concepção adequada e eficiência, de acordo com a legislação específica;
 - b. O sistema de drenagem pluvial deverá ser projetado de forma a garantir o fluxo natural das águas e evitar o surgimento de processos físicos ativos (erosão, assoreamento, alagamentos e outros), priorizando a utilização de sistemas de amortecimento da drenagem;
4. A empresa somente poderá iniciar as obras pertinentes à implantação do empreendimento após a emissão pela Adema da Licença de Instalação, que será fundamentada na análise e aprovação do respectivo projeto;
5. Esta licença não autoriza a implantação e operação de canteiro de obra, o mesmo deverá ser objeto de licenciamento ambiental específico;
6. O não cumprimento das condições aqui estabelecidas implicará na aplicação das penalidades previstas na Legislação Ambiental Vigente;
7. Qualquer alteração e/ou ampliação na área e/ou atividades da empresa, deverá ser previamente apresentada a Adema para a respectiva avaliação.